* DECRETO-LEI N.º 7.638 — DE 12 DE JUNHO DE 1945

Altera dispositivos do Decreto-lei n.º 6.022, de 23 de novembro de 1943 e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Nenhum servidor ou inativo da União perceberá salário-família por dependente que seja filho ou enteado de outro servidor ou inativo da União, dos Estados, dos Municípios, dos Territórios, da Prefeitura do Distrito Federal, ou das entidades autárquicas, quando esse outro servidor ou inativo estiver percebendo idêntico benefício, em relação ao mesmo dependente.

Art. 2.º A alínea h do parágrafo único do art. 7.º do Decreto-lei n.º 6.022, de 23 de novembro de 1943, passa a vigorar com a seguinte redação:

“h) se é filho ou enteado de outro servidor ou inativo, da União, dos Estados, dos Municípios, dos Territórios, da Prefeitura do Distrito Federal ou das entidades autárquicas, fornecendo, em caso positivo, as seguintes informações:

1. nome desse servidor ou inativo e o respectivo cargo ou função;
2. se esse servidor ou inativo percebe salário-família, pelo mesmo dependente;
3. se esse servidor ou inativo vive em comum com o declarante; caso contrário;
4. se o dependente vive sob a guarda do declarante.”

Art. 3.º O parágrafo único do art. 11 do Decreto-lei n.º 6.022, de 23 de novembro de 1943, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Parágrafo único. Quando ao servidor ou inativo se conceder o salário-família por dependente que seja filho ou enteado de outro servidor ou inativo da União, dos Estados, dos Municípios, dos Territórios, da Prefeitura do Distrito Federal ou das entidades autárquicas, a autoridade que houver feito a concessão comunicará o fato, conforme o caso:

- a) ao órgão de pessoal sob cuja jurisdição estiver esse outro servidor ou inativo;

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

N.º 1.140 — Em 8-6-1945. — Excelentíssimo Senhor Presidente da República

O Ministério da Guerra consultou este Departamento, no processo anexo, sobre o direito à percepção do salário-família, por parte de extranumerário casado com servidora da Caixa de Aposentadoria da Companhia Luz e Fôrça do Rio de Janeiro, onde goza idêntico benefício.

2. Pareceu àquele Ministério que haveria acumulação de benefícios, por certa forma injustificável, embora não vedada por lei. De fato, o Decreto-lei n.º 5.976, de 10 de novembro de 1943, que instituiu o salário-família, não regulou o caso em apreço, cogitando apenas de servidores civis federais, uma vez que somente a eles então se aplicava o regime instituído.

3. O caso agora verificado, entretanto, evidencia a necessidade de ser a lei ajustada à situação decorrente da extensão do regime de salário-família a outras esferas da administração pública, de forma que se vede a percepção cumulativa de dois benefícios em relação ao mesmo dependente.

4. Consubstanciando essas medidas, este Departamento elaborou o projeto de Decreto-lei anexo, que tem a honra de submeter ao exame de V. Excia.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Excia. os protestos do meu mais profundo respeito. — *Luís Simões Lopes*, Presidente.

Sim. — G. VARGAS.

- b) aos Departamentos do Serviço Público, estaduais, ou, onde não houver, às Secretarias de Estado;
- c) aos Departamentos das Municipalidades, estaduais;
- d) à Administração dos Territórios;
- e) à Secretaria Geral de Administração da Prefeitura do Distrito Federal; e
- f) aos dirigentes das entidades autárquicas.”

Art. 4.º O disposto no art. 1.º se aplica aos servidores ou inativos dos Territórios, da Prefeitura do Distrito Federal e das entidades autárquicas.

Art. 5.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 12 de junho de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.
— GUTÚLIO VARGAS. — *Agamemnon Magalhães*. — *Henrique A. Guilhem*. — *Eurico G. Dutra*. — *José Roberto de Macedo Soares*. — *A. de Sousa Costa*. — *José de Mendonça Lima*. — *Apolônio Sales*. — *Gustavo Capanema*. — *Alexandre Marcondes Filho*. — *Joaquim Pedro Salgado Filho*.